ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

56º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2026 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Não é um elemento constitutivo do Estado:
a) Povo
b) Território
c) Idioma oficial
d) Soberania
e) Finalidade

2) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
a) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
b) de cidadãos, por meio de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados.
c) do Supremo Tribunal Federal, quando se tratar de matéria relativa à organização do Poder Judiciário.
d) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
e) do Procurador-Geral da República, quando se tratar de matéria relativa à organização do Ministério Público da União.

3) Com relação à classificação das Constituições, assinale a alternativa CORRETA:
a) Quanto à origem, conceitua-se como outorgada a constituição fruto de um processo democrático, em que a participação do povo se dá por meio de seus representantes reunidos em uma assembleia nacional constituinte.
b) Quanto à forma, concebe-se como constituição escrita aquela consubstanciada em textos normativos escritos esparsos, a exemplo da Constituição Inglesa.
c) Quanto à forma, considera-se costumeira a constituição baseada em costumes, tradições, usos e jurisprudência, elementos consolidados pelo trabalho do poder constituinte originário em único documento normativo.
d) Quanto à estabilidade, conceitua-se como rígida a constituição que não dispõe de regras que permitam a sua alteração, caracterizando-se como suscetível à modificação apenas pelo mesmo poder que a criou.
e) Pactuadas ou dualistas são as constituições resultantes de um acordo entre diferentes forças políticas que compartilham o exercício do poder constituinte.

4) Sobre a hermenêutica constitucional, assinale a alternativa CORRETA:
a) O princípio da concordância prática impõe que, havendo conflito entre bens constitucionalmente protegidos, um deles seja integralmente sacrificado em favor daquele de maior relevância abstrata.
b) Segundo o princípio da força normativa da Constituição, formulado por Konrad Hesse, as normas constitucionais programáticas são desprovidas de eficácia jurídica, funcionando apenas como diretrizes políticas dirigidas ao legislador.
c) Nos termos da Lei nº 9.868/1999, a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
d) Pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser interpretadas isoladamente, de modo que cada dispositivo produza efeitos independentemente dos demais.
e) As regras aplicam-se na maior medida possível, conforme as possibilidades fáticas e jurídicas, ao passo que os princípios aplicam-se à maneira do "tudo ou nada".

5) Sobre o controle de constitucionalidade, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S):
I. O modelo austríaco de controle de constitucionalidade caracteriza-se pelo reconhecimento da nulidade absoluta das normas incompatíveis com o texto constitucional, admitindo, como regra, que a declaração de inconstitucionalidade opere efeitos *ex tunc*.

II. O modelo norte-americano de controle de constitucionalidade caracteriza-se pelo reconhecimento da nulidade absoluta das normas incompatíveis com o texto constitucional, admitindo, como regra, que a declaração de inconstitucionalidade opere efeitos *ex tunc*.
III. O direito constitucional brasileiro admite, como regra, o controle preventivo de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, viabilizado por meio de decisões cautelares nas ações de controle concentrado de constitucionalidade.
IV. Quanto ao critério formal, o controle de constitucionalidade subdivide-se em difuso e concentrado, caracterizando-se o controle difuso pela possibilidade de ser exercido por qualquer juiz ou tribunal.
V. Quanto ao critério subjetivo ou orgânico, o controle de constitucionalidade pode realizar-se pela via incidental – ou de exceção – e principal, caracterizando-se essa última (a via principal) como o controle exercido como questão prejudicial e premissa lógica do pedido principal.
a) II e IV.
b) I e V.
c) IV.
d) I e III.
e) II.

6) Não constitui característica do Estado Federal:
a) A descentralização político-administrativa fixada na própria Constituição.
b) A participação dos Estados-membros na formação da vontade nacional, por meio de órgão legislativo que os represente.
c) A capacidade de auto-organização dos Estados-membros por meio de Constituições próprias.
d) O direito de secessão dos Estados-membros, exercido mediante manifestação da respectiva população em plebiscito.
e) A existência de um órgão judicial de cúpula com competência para dirimir os conflitos entre a União e os Estados-membros.

7) Assinale a alternativa que indica corretamente uma competência dos Estados, de acordo com a Constituição Federal de 1988.
a) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
c) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
d) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
e) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

8) Sobre a separação de poderes na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:
a) A delegação legislativa ao Presidente da República, por meio de lei delegada, pode abranger matéria reservada à lei complementar, desde que haja aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional.
b) O Poder Judiciário exerce função atípica de natureza normativa ao elaborar os regimentos internos dos tribunais, e função atípica de natureza administrativa ao conceder licença e férias a seus membros e servidores.
c) A delegação ao Presidente da República para a elaboração de leis delegadas terá a forma de resolução do Senado Federal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
d) O Poder Executivo exerce função típica jurisdicional ao julgar processos administrativos, cujas decisões fazem coisa julgada material e não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
e) Compete privativamente ao Presidente da República legislar sobre direito processual, por meio de decreto.

9) Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA:
a) Vigora no Brasil o bicameralismo federativo no âmbito federal, compondo-se o Poder Legislativo de duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. O Senado Federal, segundo a Constituição

Federal, compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
b) Vigora no Brasil o bicameralismo federativo no âmbito federal, compondo-se o Poder Legislativo de duas Casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A Câmara dos Deputados, segundo a Constituição Federal, compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
c) De acordo com a Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
d) De acordo com a Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, dispor sobre a concessão de anistia.
e) De acordo com a Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

10) Não é competência privativa do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal:
a) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
b) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
c) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
d) Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
e) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

11) Não integra o Poder Judiciário:
a) Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
b) O Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
c) O Superior Tribunal de Justiça.
d) O Superior Tribunal Militar.
e) O Tribunal Superior Eleitoral.

12) Sobre os princípios orçamentários e o orçamento-programa, assinale a alternativa CORRETA:
a) Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
b) A Constituição Federal permite, como regra geral, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, desde que prevista na lei orçamentária anual.
c) É permitida a concessão ou a utilização de créditos ilimitados, desde que destinados a despesas de capital.
d) Pelo princípio da universalidade, a lei orçamentária anual deve conter apenas as receitas tributárias e as despesas de custeio da Administração.
e) É permitida a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, independentemente de qualquer autorização legislativa específica.

13) Sobre os tributos de competência estadual, assinale a alternativa INCORRETA:
a) Compete aos Estados instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores, que terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
b) Compete aos Estados instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Esse imposto poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
c) Compete aos Estados instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Esse imposto será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

d) Compete aos Estados instituir imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, que terá sua alíquota mínima definida pelo Senado Federal e será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
e) Compete aos Estados instituir imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, cabendo a sua arrecadação ao Estado de situação do bem imóvel, ao passo que, com relação a bens móveis, o imposto será arrecadado pelo Estado onde era domiciliado o de cujus.

14) Sobre os direitos e garantias individuais, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa que indica as afirmativas CORRETAS:
I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
III. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
IV. A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
V. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, admitindo-se, contudo, a definição de crimes por medida provisória em caso de relevância e urgência.
a) I e II.
b) I, II e III.
c) II, III e IV.
d) I, III e V.
e) I, II, III, IV e V.

15) Não é cargo privativo de brasileiro nato:
a) Presidente e Vice-Presidente da República.
b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
c) Oficial das Forças Armadas.
d) Ministro das Relações Exteriores.
e) Ministro de Estado de Defesa.

DIREITO CIVIL

16) Toda pessoa é titular de direitos e deveres na ordem civil. Dentre os direitos que a ordem jurídica brasileira atribui a todas as pessoas, estão os direitos da personalidade. Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa CORRETA:
a) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
b) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, só podendo o seu exercício sofrer limitação por expressa manifestação de vontade.
c) O ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, depende de autorização parental.
d) O nome artístico goza de proteção preferencial e relação ao nome de registro da pessoa, uma vez que ele não pode ser utilizado em propaganda comercial.
e) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, a não ser que o objetivo seja, comprovadamente, salvar a vida da pessoa.

17) De acordo com o Código Civil de 2002, são pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:
a) as associações.
b) as sociedades.
c) as fundações.
d) as organizações religiosas.
e) as autarquias.

18) Acerca das disposições do Código Civil de 2002 sobre a empresa e o empresário, assinale a alternativa CORRETA:
a) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística com fins lucrativos.
b) É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

c) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
d) O exercício da atividade de empresário não exige o pleno gozo da capacidade civil, bastando a capacidade civil relativa.
e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responde pelas obrigações contraídas.

19) Acerca das disposições do Código Civil de 2002 sobre domicílio, assinale a alternativa CORRETA:
a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
b) O domicílio do Estado é a residência do Procurador-Geral do Estado.
c) O domicílio da União é a residência do Presidente da República.
d) O domicílio de uma pessoa jurídica é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, não sendo possível a eleição de domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
e) O domicílio da pessoa natural é sempre o lugar onde for encontrada, ainda que ela tenha residência habitual.

20) Givaldo, sem ter onde morar, invadiu um depósito pertencente ao Estado e utilizado pela Polícia Militar para guardar processos antigos, ainda não digitalizados. Como o depósito era pouco frequentado pelos servidores públicos lotados naquela unidade, Givaldo utilizou o depósito como sua residência por mais de 20 anos, ao final dos quais, finalmente, foi descoberto e expulso. Procurando resguardar seu direito, ajuizou ação de usucapião contra o Estado, argumentando que o depósito era pouco utilizado pelo Estado, que ele teve a posse mansa e pacífica do bem durante tempo mais do que suficiente para a usucapião e que não teria outro lugar onde morar. Tendo em vista as disposições legais e jurisprudenciais sobre os bens públicos, qual seria o único argumento CORRETO a ser utilizado na defesa do Estado?
a) Por se tratar de bem de uso comum do povo, o prazo para a usucapião é de 50 anos.
b) Por se tratar de bem dominical, a usucapião depende de posse legítima. Como a posse decorreu de invasão e o demandante não apresentou nenhum documento que comprove a legitimidade da posse, ele não teria direito à usucapião.
c) O prazo de usucapião dos bens públicos só começa a contar do momento em que a Administração Pública toma ciência da invasão. Portanto, Givaldo não teria cumprido o requisito temporal da usucapião.
d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, na forma do art. 102 do Código Civil de 2002.
e) Apenas os bens públicos de uso comum do povo podem ser usucapidos, mas não os bens de uso especial e os dominicais.

21) O Código Civil de 2002, na redação dada pela Lei nº 13.874/2019, dispõe sobre a adequada interpretação do negócio jurídico. Sobre este tema, assinale a alternativa INCORRETA:
a) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio.
b) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
c) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder à boa-fé.
d) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
e) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.

22) A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, considera-se:
a) Cláusula penal.
b) Condição.
c) Encargo.

d) Termo final.
e) Termo inicial.

23) João, pessoa de reduzida experiência negocial, necessitando urgentemente de recursos para custear tratamento médico de seu filho, vendeu determinado imóvel, cujo valor de mercado era de R$ 1.000.000,00, por R$ 400.000,00. O comprador tinha conhecimento da situação de necessidade de João e dela se aproveitou para obter vantagem manifestamente desproporcional.
Assinale a alternativa CORRETA:
a) O negócio jurídico é nulo, pois a desproporção entre as prestações viola a função social do contrato.
b) O negócio jurídico é anulável por estado de perigo, independentemente da existência de necessidade econômica.
c) O negócio jurídico pode ser anulado por lesão.
d) A lesão somente pode ser reconhecida quando a desproporção decorrer de erro provocado pela outra parte.
e) Reconhecida a lesão, a única consequência juridicamente possível é a anulação do negócio, sendo vedada a sua preservação mediante suplemento suficiente ou redução do proveito.

24) Determinado Município celebrou contrato de compra e venda de imóvel com uma empresa privada, declarando no instrumento que o preço seria de R$ 10 milhões. As partes, contudo, haviam previamente ajustado que apenas R$ 6 milhões seriam efetivamente pagos, tendo o valor declarado sido utilizado para conferir aparência de regularidade à operação. Sobre a situação descrita, assinale a alternativa CORRETA:
a) O negócio é anulável por erro substancial, pois a declaração constante do instrumento não corresponde à vontade interna das partes.
b) O negócio é anulável por dolo, uma vez que as partes deliberadamente produziram uma aparência jurídica diversa da realidade.
c) O negócio é nulo por simulação, sendo possível a subsistência do negócio dissimulado se este for válido na substância e na forma.
d) O negócio é inexistente, pois a divergência entre a vontade real e a vontade declarada impede a formação do negócio jurídico.
e) A simulação somente pode ser alegada por terceiros prejudicados, não podendo ser invocada pelas próprias partes que participaram do negócio.

25) Um particular, proprietário de imóvel situado às margens de determinado rio, realizou obra sem autorização do Poder Público, causando o desmoronamento de parte da margem e provocando danos ao imóvel vizinho. O proprietário alegou que não teve intenção de causar o dano e que não poderia ser responsabilizado porque não havia agido dolosamente. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Não há ato ilícito se inexistente dolo, pois a responsabilidade civil exige necessariamente a intenção de causar o dano.
b) A conduta pode configurar ato ilícito ainda que praticada com culpa, sendo suficiente, em regra, a presença de conduta, dano, nexo causal e culpa para a responsabilidade subjetiva.
c) A existência de dano ambiental ou patrimonial exclui a necessidade de demonstração do nexo causal.
d) A responsabilidade civil decorrente de ato ilícito é sempre objetiva, independentemente da natureza da atividade desenvolvida.
e) A responsabilidade civil somente pode ser reconhecida se houver prévia condenação administrativa pela autoridade ambiental competente.

26) O Estado deixou de pagar determinada vantagem pecuniária devida mensalmente a servidor público. O direito à vantagem não foi negado pela Administração, mas os pagamentos deixaram de ser realizados durante vários anos. O servidor ajuizou ação visando ao recebimento das parcelas vencidas. Considerando o regime prescricional aplicável às relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figura como devedora, assinale a alternativa CORRETA:
a) O servidor perdeu integralmente o direito à vantagem após cinco anos do primeiro inadimplemento.
b) A prescrição somente pode ser reconhecida após dez anos do primeiro inadimplemento, em razão do prazo geral previsto no Código Civil.

c) Não incide prescrição contra a Fazenda Pública em relações jurídicas de trato sucessivo, pois cada parcela constitui obrigação autônoma.
d) O prazo prescricional somente começa a correr depois de decisão administrativa definitiva reconhecendo a dívida.
e) A prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação.

27) Ana, Bruno e Carlos obrigaram-se solidariamente perante determinada empresa ao pagamento de R$ 300.000,00. A empresa decidiu exigir judicialmente de Ana a integralidade da dívida. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Ana somente poderá ser compelida a pagar sua quota-parte, pois a solidariedade não permite que o credor cobre a integralidade da obrigação de apenas um dos devedores.
b) Ana pode ser demandada pela integralidade da dívida.
c) A solidariedade somente pode existir quando houver pluralidade de credores, não sendo admitida em obrigações passivas.
d) O pagamento integral realizado por Ana extinguirá apenas a sua quota-parte, permanecendo a dívida perante os demais devedores.
e) A solidariedade decorre necessariamente da indivisibilidade da prestação, ainda que não tenha sido expressamente estabelecida pela lei ou pela vontade das partes.

28) Uma empresa contratada para entregar um vestido de noiva em 1° de março entregou-o somente em 20 de março, a tempo, portanto, do matrimônio, que ocorreu em 25 de março. O contrato previa cláusula penal moratória para o caso de atraso. Assinale a alternativa CORRETA:
a) O atraso caracteriza inadimplemento absoluto, pois a obrigação não foi cumprida no tempo originalmente estabelecido.
b) O atraso caracteriza mora, podendo incidir a cláusula penal moratória prevista no contrato.
c) A mora somente existe se o credor demonstrar judicialmente que sofreu dano patrimonial.
d) A cláusula penal moratória substitui necessariamente todas as perdas e danos, ainda que o contrato disponha expressamente em sentido contrário.
e) A mora do devedor somente se configura após interpelação judicial, ainda que se trate de obrigação positiva, líquida e com termo certo.

29) Uma sociedade empresária celebrou contrato de longa duração com determinado fornecedor. Após anos de execução regular, o fornecedor passou a adotar comportamento contraditório em relação a uma prática que havia tolerado reiteradamente e que havia sido considerada pelas partes na execução do contrato. A empresa contratante alegou que a conduta violava a boa-fé objetiva. Assinale a alternativa CORRETA:
a) A boa-fé objetiva impõe deveres de lealdade, cooperação e proteção e veda comportamentos contraditórios incompatíveis com a confiança legitimamente criada na relação contratual.
b) A boa-fé objetiva constitui um critério relacionado à intenção psicológica das partes.
c) A boa-fé objetiva somente incide na fase de execução dos contratos, não alcançando as fases pré-contratual e pós-contratual.
d) O princípio da boa-fé objetiva permite ao juiz alterar livremente qualquer cláusula contratual que considere economicamente desfavorável a uma das partes.
e) A função social do contrato autoriza automaticamente a revisão judicial do contrato sempre que houver alteração da situação econômica de qualquer contratante.

30) Agnaldo, cantor sertanejo famoso, é contratado com cláusula de exclusividade para fins publicitários por grande empresa frigorífica. A concorrente desta empresa, apesar de ciente da cláusula de exclusividade, oferece vultoso valor para que Agnaldo faça publicidade também para ela. A primeira empresa ingressa com ação contra a concorrente, para impedir a divulgação do novo material publicitário. O princípio contratual adequado a respaldar esta pretensão consiste na:
a) relatividade contratual.
b) *Pacta sunt servanda*.
c) Função social do contrato.
d) *Supressio*.
e) Boa-fé

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Sobre as normas fundamentais do processo civil previstas nos arts. 1º a 12 do CPC, é INCORRETO afirmar que:
a) é permitida a arbitragem, na forma da lei.
b) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
c) todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
d) aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
e) o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve exclusivamente por impulso das partes, sendo vedado ao juiz impulsioná-lo de ofício.

32) A competência pode ser classificada em absoluta e relativa, com consequências distintas quanto à sua alegação e modificação. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:
a) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício pelo juiz, a qualquer tempo e em qualquer hipótese.
b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
c) A incompetência relativa deve ser alegada por meio de exceção, apresentada em peça autônoma.
d) A competência absoluta pode ser modificada pela conexão ou pela continência.
e) Se o réu não alegar a incompetência absoluta em preliminar de contestação, a competência será prorrogada.

33) Sobre os prazos processuais no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
b) Os prazos processuais correm normalmente entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro.
c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
d) Os prazos são contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
e) A Fazenda Pública gozará de prazo em dobro mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

34) Sobre o processo de execução fiscal promovido pela Fazenda Pública, disciplinado por lei especial (Lei nº 6.830/1980), é CORRETO afirmar que se trata de:
a) procedimento comum, sem qualquer especificidade em relação às execuções entre particulares.
b) procedimento especial, aplicando-se-lhe subsidiariamente o Código de Processo Civil.
c) processo de conhecimento, e não de execução, por não haver título executivo prévio.
d) ação de rito sumário extinta pelo CPC de 2015, não mais utilizada pela Fazenda Pública.
e) modalidade de processo cautelar, destinada a assegurar o resultado útil de outra demanda.

35) Sobre os efeitos dos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo automático e suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.
b) O recurso especial e o recurso extraordinário possuem, em regra, efeito suspensivo.
c) Em nenhuma hipótese o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento.
d) A apelação terá, em regra, efeito suspensivo; contudo, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que, entre outras hipóteses, concede tutela provisória.
e) O recurso adesivo é admissível em qualquer espécie recursal, inclusive no agravo de instrumento.

36) Sobre a aplicação da norma processual no tempo, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) A norma processual nova somente se aplica aos processos ajuizados depois de sua entrada em vigor.
b) A norma processual nova retroage para invalidar atos processuais praticados regularmente sob a vigência da lei revogada.

c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
d) A lei processual revogada continuará a reger integralmente os processos pendentes até o trânsito em julgado.
e) A aplicação imediata da norma processual aos processos em curso depende da concordância e da conveniência das partes.

37) Quanto ao exercício da jurisdição civil, conforme o art. 16 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) A jurisdição civil é exercida exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.
b) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do CPC.
c) A jurisdição civil é exercida somente pelos tribunais, e não pelos juízes de primeiro grau.
d) A jurisdição civil é exercida exclusivamente pela Justiça Estadual.
e) A jurisdição civil é atividade exercida pelas partes, sem participação dos órgãos do Poder Judiciário.

38) Segundo o art. 17 do Código de Processo Civil, quais condições são expressamente exigidas para se postular em juízo?
a) Legitimidade e concordância da parte contrária.
b) Possibilidade jurídica do pedido e prévio requerimento administrativo em qualquer hipótese.
c) Capacidade econômica e recolhimento prévio de custas em qualquer hipótese.
d) Interesse e legitimidade.
e) Prévia tentativa de conciliação e autorização judicial prévia ao ajuizamento.

39) De acordo com o Código de Processo Civil, o Estado e o Distrito Federal são representados em juízo, ativa e passivamente:
a) pelo Presidente da República, pessoalmente.
b) pelo Presidente do Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal.
c) por qualquer um do povo.
d) pelo Defensor Público-Geral.
e) por seus procuradores.

40) Sobre a revelia, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e, em regra, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ressalvadas as hipóteses legais em que esse efeito não ocorre.
b) A revelia acarreta, obrigatoriamente, a procedência de todos os pedidos do autor.
c) O réu revel fica impedido de intervir no processo em qualquer fase, estando, inclusive, impedido de recorrer contra futura sentença eventualmente desfavorável.
d) A revelia faz presumir verdadeiras as alegações de direito formuladas pelo autor, mesmo que ilegais.
e) Ainda que não tenha havido autocomposição, o réu que tiver comparecido à audiência de conciliação ou de mediação não deverá oferecer contestação, não se lhe aplicando a revelia.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões 41 a 45.

Insônia infeliz e feliz

Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas. Nem quatro chegaram. Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite, pois posso estar dormindo e não perdoar. Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. De repente despertar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão. Quase nenhum ruído. Só o das ondas do mar batendo na praia. E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo. Ninguém me interrompe o nada. É um nada a um tempo vazio e rico. E o telefone mudo, sem aquele toque súbito que sobressalta. Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um

sol às vezes pálido como uma lua, às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca do mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, como o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.

Fonte: LISPECTOR, Clarice. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

41) A crônica apresenta duas maneiras distintas de vivenciar a insônia. Sobre essa oposição, assinale a alternativa CORRETA.
a) A autora considera a insônia sempre negativa, pois a associa à solidão e à impossibilidade de dormir.
b) A insônia é apresentada inicialmente como uma experiência desagradável, mas posteriormente passa a ser percebida como uma oportunidade de isolamento e contemplação.
c) A autora demonstra preferência pela noite porque deseja evitar o convívio com seus filhos.
d) A solidão é apresentada exclusivamente como um sentimento negativo, responsável pela infelicidade da narradora.
e) O texto estabelece uma oposição entre a noite, associada à tristeza, e o dia, associado exclusivamente à vida profissional.

42) A linguagem da crônica é marcada pela subjetividade e pela informalidade próprias do gênero. Considere a situação hipotética em que a autora precisasse transformar a seguinte passagem em uma comunicação formal:
"Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite (...)"
Assinale a alternativa que apresenta uma formulação adequada à redação oficial, preservando o sentido geral da situação.
a) Gostaria de saber quem está acordado agora e pedir que me telefonem, mesmo que seja de madrugada.
b) Solicito que, caso alguém esteja acordado, realize uma ligação telefônica durante a madrugada.
c) Solicito que não sejam realizadas ligações telefônicas durante o período noturno, uma vez que a destinatária poderá estar dormindo.
d) Peço, por favor, que vocês não me liguem de noite porque eu posso estar dormindo e não gostar.
e) Não me telefonem à noite, porque certamente estarei dormindo.

43) Observe as palavras retiradas da crônica: "pílula", "vício", "súbito" e "pálido".
Assinale a alternativa em que a justificativa para a acentuação gráfica está CORRETA.
a) "vício" recebe acento por ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo.
b) "pílula" recebe acento por ser uma palavra oxítona terminada em *a*.
c) "súbito" recebe acento por ser uma palavra paroxítona.
d) "pálido" recebe acento por ser uma palavra paroxítona terminada em *o*.
e) "vício" recebe acento por ser uma palavra proparoxítona terminada em ditongo

44) Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão.
a) A narradora permanece à observar o relógio durante a madrugada.
b) Ela se refere à uma experiência de solidão.
c) Às vezes, a insônia proporciona momentos de tranquilidade.
d) A personagem começa à perceber a beleza da noite.
e) Ela prefere ficar sozinha à dormir durante a madrugada.

45) No trecho "pois posso estar dormindo e não perdoar", considere a seguinte reformulação:
"pois posso estar dormindo e não me perdoar."
Sobre a colocação do pronome nessa construção, assinale a alternativa CORRETA.
a) A próclise é inadequada, pois o pronome deve obrigatoriamente aparecer depois do verbo.
b) O pronome "me" deveria ser substituído por "mim".
c) O pronome deveria aparecer obrigatoriamente no início da oração.
d) A posição do pronome está adequada, pois a palavra "não" é um elemento que favorece a próclise.
e) A presença da conjunção "e" impede o uso da próclise.

46) Leia as frases a seguir e assinale a alternativa que apresenta, na ordem, os pronomes relativos adequados para completar corretamente cada uma delas.
I. A professora_____os alunos recorreram durante a pesquisa é especialista em literatura brasileira.
II. O livro *Torto Arado*,_____autor recebeu diversos prêmios, foi adaptado para o teatro.
III. O projeto_____participei foi selecionado para representar a escola.
IV. Conhecemos a pesquisadora_____dedicação ao trabalho é reconhecida por todos.
V. A avenida_____passamos diariamente ficará interditada durante as obras.
a) a que – que – com o qual – cuja – na qual
b) a quem – cujo – ao qual – que – pela qual
c) a quem – que – do qual – de cuja – pela que
d) a que – cujo – do qual – cuja – pela qual
e) a quem – cujo – do qual – de cuja – pela qual

47) Com base na ortografia correta das palavras e nas alterações promovidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, relacione as colunas a seguir:
Coluna A
1. anti-inflamatório; micro-ondas; auto-estima.
2. ideia; heroico; assembleia.
3. café; saída; também.
4. coautor; vôo; enjôo.

Coluna B
(__) Palavras que sofreram alteração após o Acordo Ortográfico.
(__) Duas palavras grafadas corretamente e uma incorretamente.
(__) Palavras que não sofreram alteração após o Acordo Ortográfico.
(__) Uma palavra grafada corretamente e duas incorretamente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência numérica corretamente.
a) 3, 4, 1, 2.
b) 1, 2, 4, 3.
c) 1, 3, 2, 4.
d) 2, 4, 3, 1.
e) 2, 1, 3, 4.

48) Leia as orações a seguir, observando a relação de sentido estabelecida entre suas partes. Em seguida, assinale a alternativa em que a oração destacada é uma oração subordinada adverbial condicional.
a) Se houver recursos contra a questão, a banca deverá analisá-los.
b) A questão foi anulada porque apresentava um erro no enunciado.
c) Os candidatos comemoraram quando o resultado da prova foi divulgado.
d) Os candidatos estudaram bastante para que obtivessem um bom desempenho.
e) O candidato ficou tão nervoso que não conseguiu concluir a prova.

49) Considerando as regras de emprego e de concordância dos pronomes de tratamento na redação oficial, assinale a alternativa CORRETA.
a) Vossa Excelência estais convidado para participar da reunião.
b) Vossa Senhoria deveis encaminhar vosso parecer até sexta-feira.
c) Vossa Excelência sois responsável pela análise do processo.
d) Vossa Senhoria deveis apresentar sua documentação ao setor responsável.
e) Vossa Excelência deverá encaminhar seu parecer ao setor competente.

50) Considerando o emprego do vocábulo "que" nas frases a seguir, assinale a alternativa em que sua classe gramatical está corretamente indicada.
a) O advogado informou que apresentaria a defesa no prazo previsto. / pronome relativo.
b) A parte apresentou os documentos que comprovavam a existência do contrato. / pronome relativo.

c) O juiz proferiu a decisão que encerrou o processo. / conjunção integrante.
d) Que provas foram apresentadas pela defesa? / advérbio de intensidade.
e) A testemunha não explicou que motivo a levou a deixar o local. / conjunção integrante.